

Coluna do Castello

Autonomia do DF avança



Um novo título de administrador pode ser incorporado à terminologia oficial brasileira caso a Comissão de Organização do Estado, da qual é relator o senador José Richa, obtenha apoio para denominar de "governador distrital" o prefeito de Brasília. A denominação, que emerge de um acordo na comissão com a representação da capital na Constituinte, substituirá a de prefeito, tradicionalmente dada aos administradores do "município neutro" ou do Distrito Federal e trocada ao longo do regime militar pelo de governador para atender à vaidade do coronel Prates da Silveira, que assumiu o posto no governo do Presidente Médici.

Até então foram prefeitos de Brasília Israel Pinheiro, Paulo Tarso Santos, embaixador José Sette Câmara e outros civis que, sob os militares, dirigiram a administração da capital da República. A alternativa — governador ou prefeito — tem tradução política. Se for governador, o legislativo local será uma assembléia semelhante às assembléias estaduais. Se for prefeito, haverá apenas uma câmara municipal. Os políticos brasilienses aspiram dar à cidade um status equivalente ao dos estados da Federação, contrariando a tradição que vem do Império, que criou o município neutro — uma fatia da província do Rio de Janeiro — para nele instalar a Corte. A tradição foi mantida na República e, mesmo quando transferida a capital para Brasília, o Rio de Janeiro foi transformado num estado autônomo, somente fundido com o antigo Estado do Rio de Janeiro sob o governo do presidente Geisel.

O senador José Richa era inicialmente contrário à autonomia política do Distrito Federal e à adoção do nome de governador para seu administrador, mas negociou com a bancada de representantes da capital da República o nome de "governador distrital" e a autonomia, isto é, a eleição da tal autoridade distrital pelo voto dos onze parlamentares brasilienses contrários à criação de seis novos Estados e à elevação à categoria de Estado de dois territórios federais. Posteriormente, o senador inclinava-se a atender ao grupo goiano do norte, que pretende criar o estado de Tocantins. A objeção à criação de novos estados decorre do fato de que as despesas correspondentes à mudança correm por conta da União, que já não tem de onde tirar dinheiro para atender seus compromissos atuais.

O parecer do senador Richa que, se aprovado, irá à Comissão de Sistematização, atende em parte às reivindicações da bancada do Distrito Federal, mas atende em parte igualmente a recomendações do seu amigo general Leônidas Pires Gonçalves. O parecer ressalva que não se incluem no âmbito da autonomia de Brasília a segurança pública e a administração da Justiça. Os órgãos respectivos continuarão sob jurisdição do governo federal e seus ocupantes serão designados pelo presidente da República que continuará a nomear o secretário de Segurança, o comandante da Polícia Militar, e os membros dos tribunais locais, como o de Justiça e o de Contas, este último órgão auxiliar do Senado.

O presidente José Sarney, como se sabe, é hostil à autonomia do Distrito Federal, instituído especialmente para ser sede dos poderes da República e abrigar o corpo diplomático estrangeiro. Ele continua a crer que a autonomia poderá gerar governos locais altamente incompatíveis com o governo da União, sobretudo no setor de segurança. A fórmula do senador poderá, no entanto, silenciar o Palácio do Planalto, dada a dificuldade de formar um bloco de resistência na Constituinte a uma reivindicação de políticos brasilienses que não afeta a interesses imediatos dos constituintes do resto do país.

Nos debates internos da comissão Richa, no entanto, tem sido levantado outro problema do desagrado do governo federal: a hipótese de, instituído o "governo distrital", a assembléia que votar a lei orgânica do Distrito Federal criar prefeituras nas cidades satélites, dando à capital a inesperada textura de um verdadeiro estado federativo, o que é contrário à índole da formação do Distrito Federal. Os interesses locais batem-se no entanto por essa conquista e os políticos da cidade sentem-se impotentes para resistir à pressão das suas principais fontes eleitorais, que estão sediadas naqueles populosos núcleos urbanos.

O assunto deverá suscitar debates não só na comissão como na de Sistematização e na discussão final do anteprojeto da Constituição pelo plenário.

A unidade do PMDB

Dois problemas tendem a tornar novamente crítica a unidade do PMDB. Um deles é a convocação, decidida em Cuiabá, de uma assembléia do partido para o dia 29 de junho em represália à decisão da Executiva Nacional de cancelar a convenção nacional convocada anteriormente para os dias 13 e 14. O sr. Ulysses Guimarães quis evitar o debate agora do mandato presidencial.

O outro é a resistência da esquerda parlamentar de aceitar o plano do ministro Bresser Pereira. O deputado Osvaldo Lima Filho considera que o ministro da Fazenda caminha na mesma trilha do ex-ministro Francisco Dornelles e acha intolerável a idéia de que o país suspenda a moratória e volte a pagar, ainda que em parcela, os juros da dívida externa. O sr. Bresser Pereira está sendo condenado por sua suposta tendência de aceitar as regras do FMI, embora sem se submeter expressamente à sua auditoria.

Carlos Castello Branco